



# O PÚBLICO E O PRIVADO

Folha de S. Paulo  
Artigo publicado em 25.09.93

A moda é privatizar e nada mais forte do que o modismo num País jovem com um povo não-politizado. Por isso, o risco de privatização da Saúde no Brasil é enorme. Há grandes interesses econômicos em jogo. Os que serão prejudicados – a classe média e o povo – não têm poder e será difícil barrar o processo.

O caos na saúde é usado como justificativa para explicar o fracasso do sistema público e a necessidade premente de uma solução “inteligente e moderna” de privatização. Omite-se o fato de que em todos os Países onde ocorreu, o desastre veio alguns anos depois. Nos Estados Unidos, 45 milhões de norte-americanos estão sem acesso ao sistema de saúde e 30% das crianças com os programas de vacinação incompletos. Há poucos dias, o presidente Clinton anunciou um novo plano de saúde, visando o equilíbrio entre o público e o privado.

Privatizar a Saúde significa dar a cada pessoa o que ela pode comprar. Saúde deixa de ser um direito ou uma vivência para ser uma transação, e das menos sérias. Paga-se para obter o supérfluo e não se oferece o essencial. Cirurgias, exames mais complexos e internações prolongadas estão fora da maioria dos seguros-saúde.

Novamente, o autor luta contra uma argumentação falsa para a privatização, ou seja, usa-se as dificuldades e o caos da saúde pública para induzir a privatização da mesma, defendendo que esta é a solução. O Prof. Pinotti deixa claro, privatizar a saúde significa dar a cada pessoa o que ela pode comprar. A saúde deixa de ser um direito ou uma vivência para ser uma transação das menos sérias. O que tem acontecido, continua o autor, é que se paga para obter o supérfluo e não se oferece o essencial nos planos de saúde. Interessante notar que, muito recentemente, uma pesquisa do ministério da Saúde e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostrou que não houve, nestes 10 anos, nenhum impacto favorável sobre a saúde dos usuários e o sistema público de saúde, que têm os mesmos índices de mortalidade que os usuários públicos de saúde.

Privatizar a Saúde significa dar a cada pessoa o que ela pode comprar. Saúde deixa de ser um direito ou uma vivência para ser uma transação e das menos sérias.

Quando se deseja um plano que cubra tudo, o preço é tão alto que fica fora do alcance da maioria. E, o que é pior, as letras miúdas do contrato não são lidas e, depois, se percebe que existem carências maiores do que as imaginadas ou que as limitações são maiores do que as que haviam sido vendidas. A solução não vem dessa via.

Devemos ter um sistema público de saúde com recursos definidos por um percentual mínimo de 10% dos orçamentos do Estado, municípios e União. Para isso pagamos impostos. Todos os exames e tratamentos realizados na rede pública em pacientes de medicina de grupo ou seguro-saúde – e são muitos – devem ser cobrados dessas entidades e revertidos para o sistema público. Se esses recursos forem utilizados dentro dos princípios da descentralização e da unificação do sistema de saúde previstos na Constituição, poderemos pagar salários dignos aos trabalhadores da Saúde e ter serviços eficientes, modernos e humanos.

Por outro lado, o fato de mantermos o sistema público de saúde não exclui a medicina privada, desde que seja ética e de boa qualidade. Esse equilíbrio justo e correto entre o público e o privado deve ser mantido no Brasil sob a pena de piorarmos, ainda mais, o caos na Saúde.

